

O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA - A FORMAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DO PARANÁ

Durváli Emilio Fregonezi

*Doutor em Lingüística
Docente da UEL e FIAPEC*

RESUMO

No trabalho são apresentadas as razões para a necessidade de formação continuada do professor de língua portuguesa. As reflexões realizadas tomam como base o trabalho do autor em programas de Integração Universidade - Ensino de 1º e 2º Graus. Os Cursos de Letras, em sua maioria, não proporcionam uma formação adequada ao graduado. A mudança do paradigma científico da linguagem e o programa de melhoria do ensino público planejado pelo Estado do Paraná são objeto de discussão.

ABSTRACT

In the present work the reasons and needs for continued education of the teacher of Portuguese are presented. The insights were based upon the author's works in the so called Programas de Integração Universidade - Ensino de 1º e 2º Graus. Most of the Letras Courses do not provide adequate education to the teacher-to-be. The changing of the language scientific paradigm and the program that the State Government planned to improve public education are object to discussion.

1 - O NAP - Núcleo de Atendimento Pedagógico ao professor de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa é um projeto de extensão à comunidade que funciona desde 1989, no Departamento de Letras da Universidade Estadual de Londrina (FREGONEZI e outros, 1992). Foi criado com a finalidade de promover cursos, grupos de estudo, encontros individuais, dentre outras atividades, visando a promover um contato direto com os professores de 1º e 2º graus e seus problemas. Tal integração processou-se de maneira efetiva, e foi possível conhecer formas pelas quais a Universidade teria condições de prestar relevantes serviços.

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, decidiu elaborar um plano de capacitação para professores de nosso Estado e o colocou em execução nesse presente ano letivo. Essa capacitação consta, em 1992, de uma jornada de estudos de 80 horas, incluídas nesse número 64 horas de curso e 16 horas de grupos de trabalho. Via-de-regra, os professores responsáveis por esse treinamento são do quadro de docentes das instituições de ensino superior. Dessa maneira, pela coincidência de objetivos entre os dois programas, nada mais oportuno que utilizar os benefícios originados desse estreitamento de relações (conhecendo

mais de perto a realidade) e atuar nos níveis que se verificam no presente momento: 12 (doze) núcleos regionais de educação. As reflexões contidas neste trabalho são o resultado dessa experiência duplamente reforçada.

É necessário, antes de mais nada, começar lembrando os estágios pelos quais passa a formação de um professor de Língua Portuguesa, diante da legislação de ensino que regulamenta a educação no Brasil:

- a) formação para o ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau - cursos de magistério;
- b) os que vão atuar especificamente na alfabetização, além do curso de magistério, cursam 01 ano para a formação específica;
- c) professores de 5ª a 8ª séries do 1º grau e de 2º grau são formados pela licenciaturas em Letras.

Os educadores, de modo geral, em nossos dias, questionam o modelo brasileiro de educação; é tema frequente de encontros, seminários e congressos, a discussão sobre a qualidade de ensino e sua resultante na formação profissional adequada. Desse modo, o processo de educação permanente torna-se, em nossa realidade, instrumento destinado a superar falhas na formação, e não uma iniciativa voltada ao constante aprimoramento de uma formação profissional.

2 - No caso específico dos profissionais para o magistério de Língua Portuguesa, o problema se configura da seguinte maneira. Com a expansão de 1º e 2º graus, em consequência da reforma educacional de 1971, houve crescente demanda de professores. Os cursos de Letras, responsáveis pela formação de professores nessa área, foram expandidos apenas para suprir a demanda, sem preocupações maiores com a qualidade do profissional a ser graduado.

Hoje, não temos falta de professores. Em compensação, temos professores oriundos de cursos de Letras mal estruturados, de baixa qualidade, que não possibilitam a formação séria em termos lingüísticos e literários.

A preocupação dos responsáveis pela educação brasileira, ao invés de concentrar-se na área da formação, ou seja, dirigir investimentos em cursos de preparação de profissionais de magistério, em programas ou projetos de longo alcance, parece voltar-se para soluções/(?) de curto prazo: treinamento de profissionais já formados.

Observe-se o seguinte ponto: O estudo da linguagem sempre desafiou o homem bem perto, e em cada época da história, o fenômeno é visto, analisado, explicado de um modo diferente. Na Antigüidade, os estudos lingüísticos ora revestiam-se de caráter religioso, ora de caráter filosófico,

ora de caráter histórico. Em nossos dias, estamos passando por uma fase de mudança no enfoque da linguagem. Estamos atravessando, conforme os próprios lingüistas afirmam, uma "crise científica". Alguns lingüistas chegam mesmo a indagar "qual é o objeto dos estudos lingüísticos?"

A linguagem está deixando de ser analisada nos limites do enunciado e passa a incorporar elementos ligados à sua própria produção, isto é, fatores relacionados à enunciação. Os estudos lingüísticos deixam de se preocupar só com a análise de produtos lingüísticos e o centro de preocupação volta-se para os processos que conduzem a esses produtos. Surgem desse novo enfoque algumas "disciplinas lingüísticas" com o objeto de dar conta desses elementos da enunciação que estão se incorporando nos estudos da linguagem. Essas novas disciplinas, cada uma delas com seus objetivos específicos, tentam explicitar os diferentes aspectos que intervêm na análise da produção da linguagem: a Sociolingüística, a Análise da Conservação, a Semântica Argumentativa, a Análise do Discurso, a Lingüística de Texto.

Nossos cursos de Letras, em sua maioria, foram criados para "preencher" as lacunas do mercado de trabalho que aumentou sobremaneira com a reforma educacional proposta pela lei nº 5692. Esses cursos, como já salientamos, não possuem organicidade e estruturação para formar, de modo pleno, o profissional que vai trabalhar com a linguagem. Há falta de bibliotecas atualizadas, falta de professores capacitados; organização curricular não voltada para a realidade, além de outras carências.

O conteúdo das disciplinas que compõem o núcleo básico em grande parte dos cursos de Letras, continuam sendo pautados por linhas que vêem a linguagem como enunciado. A reflexão sobre fatos lingüísticos, realizada com o futuro professor de língua materna, é feita com base em estudos que não vão além da estrutura da frase. A visão de linguagem proporcionada não acompanha a evolução dos estudos lingüísticos.

A carga reduzida dos currículos dos cursos de Letras, a preparação inadequada dos professores que aí atuam, o aluno mal preparado que ingressa nesses cursos, os estágios realizados fora da realidade e com exigências mínimas, fazem com que o egresso não consiga receber um treinamento de análise lingüística nos moldes propostos por esses cursos.

3 - O professor é hoje, um marginalizado. Não é considerado um profissional de respeito. É obrigado a ministrar um número de aulas excessivo para poder ter o razoável para sua manutenção. Geralmente, o professor que vive do magistério tem uma carga horária de quarenta horas no Estado e outros colégios particulares. Onde achar tempo para se atualizar? Onde achar tempo para contato com os avanços da teoria lingüística? Onde achar recurso para a compra de

materiais indispensáveis à atuação no dia-a-dia?

As propostas de ensino de Língua Portuguesa veiculadas pelos Estados brasileiros estão todas consubstanciadas numa teoria de linguagem que se orienta para a enunciação. Nosso professor recebeu um treinamento de análise lingüística durante sua preparação e formação com base em uma teoria de linguagem tradicional, inspirada somente na descrição de fatos lingüísticos que se encontram no enunciado. Aí está o ponto crucial da crise do ensino de Língua Portuguesa:

a - de um lado, temos um professor formado(?) que possui um instrumento de análise dos fatos da linguagem baseado na análise do enunciado;

b - de outro, as propostas curriculares divulgam projetos de ensino que incorporam elementos lingüísticos que pertencem à enunciação. A linguagem não é vista mais como enunciado. Fatores envolvidos com a produção de enunciados devem ser analisados, segundo as propostas, para explicitar os fatos lingüísticos;

c - o professor em contato com as propostas se angustia. Percebe que o seu instrumental teórico de análise da linguagem já não está adequado com a nova realidade. Entretanto, não tem condições de se atualizar, através de leituras de livros, através de participação em seminários ou mesmo através de cursos. Tudo isso tem custos, e o nosso professor não tem como responsabilizar-se por eles;

d - a percepção da linguagem como enunciação coloca novos objetivos para o ensino de línguas. É preciso, pois, colocar novos objetivos para o nosso ensino. Mas quais? O professor, então pode ser comparado com o personagem do livro "**Alice no País das Maravilhas**" que afirma "**para quem não sabe onde quer chegar, qualquer caminho serve**". Suas atividades com o ensino de língua materna transformaram-se em atividades automatizadas, uma vez que o próprio professor tem consciência de que elas não conduzirão o aluno a uma visão crítica da linguagem.

4 - Como já afirmamos, o professor de língua materna, recebeu uma formação em termos de análise lingüística que hoje está ultrapassada pelas teorias de abordagem do fenômeno linguagem. Por outro lado, sua carga de trabalho não lhe permite atualizar-se, através de leituras, de discussão em grupos de trabalho e estudo, através da participação em cursos, seminários e eventos da área. Nesses parâmetros, o que fazer em cursos como os que a Secretaria de Educação do Paraná promove com o objetivo de capacitar o professor?

Com base em nossa experiência de trabalho com esse tipo de clientela, passaremos a relatar a estruturação dos programas desenvolvidos em Cursos de Capacitação. Inicialmente, é preciso fazer uma ressalva ao professor. A mudança que se apregoa não é simplesmente uma mudança de técnicas de ensino, tampouco é uma nova metodologia o que se sugere. Trata-se, isto sim, de uma nova visão sobre a linguagem. As respostas que todo aquele que atua no ensino de língua materna? Para que treinar na escola as estratégias de escrita e de leitura? Onde quero chegar com

o meu aluno de língua materna? devem ser bem claras. Essas respostas envolvem uma primeira reflexão: **o que é linguagem?**

Portanto, numa primeira etapa, esses cursos de capacitação devem fazer uma retrospectiva histórica das mais diversas concepções de linguagem. Dessa maneira, o professor estará conscientizado de que a nova postura do professor de Língua Portuguesa, as novas propostas curriculares se embasam em uma concepção de linguagem diferente daquela que lhe foi passada por uma tradição escolar e que até hoje fundamenta sua visão e análise dos fatos da linguagem. A linguagem que, até então, era descrita como enunciado, passa a incorporar para sua análise, elementos que estão além do enunciado, elementos que pertencem à enunciação. A incorporação desses elementos nos estudos lingüísticos têm como conseqüência a busca de novos caminhos para o desenvolvimento das atividades que compõe o eixo de apoio do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa: **a produção de textos, a recepção de textos e os exercícios de análise lingüística.**

A produção de textos, antes, era centrada no produto, isto é, o aluno produzia um texto e o professor estava preocupado apenas em avaliar o produto - **o texto produzido.** O centro das preocupações com exercícios de produção de texto, atualmente, centra-se no próprio processo de construção dos textos.

O trabalho com a recepção de textos - **a leitura escolar** - também passa por modificações. O exercício da leitura passa a privilegiar o leitor. O texto, em si não carrega toda a significação. É o leitor que atribui significações ao texto com base em suas pistas formais. Não há mais só uma leitura possível. Mas o texto é plurissignificativo. O desenvolvimento dos conteúdos de análise lingüística passa a contar com novos elementos, como por exemplo: os referenciados, os modalizadores, os topicalizadores... Em suma, os cursos de capacitação de professores, organizados pelo CETEPAR - Centro de Treinamento do Magistério do Paraná - numa primeira etapa, que podemos chamar de **etapa de conscientização** podem ser estruturados com o objetivo de fornecer aos seus cursistas, as unidades acima relacionadas: **a visão de concepção de linguagem que fundamenta a proposta curricular, o trabalho com o texto em seus aspectos de produção e recepção e o treinamento de análise lingüística.** Sobretudo esses dois últimos itens devem buscar a sua centralização no conhecimento dos modelos lingüísticos que embasam o trabalho com o texto/discurso.

5 - Como último ponto a ser focalizado, vamos colocar em análise o plano de capacitação denominado "**Política de Capacitação do Pessoal Docente e Técnico da Secretaria de Estado da Educação**". O documento da SEED define a Capacitação Docente como "**programa pelo qual a Secretaria de Estado da Educação pretende realizar sua proposta de melhoria do ensino**

público..." (p. 11). Em seus objetivos faz constar "**... através da proposta de capacitação, resultados que traduzem os avanços da qualificação do pessoal de magistério e técnico, ligados à educação, a continuada renovação do conhecimento disponível e a sua articulação interdisciplinar**" (p. 4).

Como "**Metas Gerais**" (p. 16) o documento faz uma previsão dos cursos de capacitação de 1992 a 1995. Para o professor em exercício a meta é "... capacitação continuada. Inicialmente serão dedicadas 80 horas/ano". Queremos aqui afirmar que toda preocupação com a educação, principalmente com a melhoria do ensino deve ser louvada. O Governo do Estado do Paraná, realizando este ano cursos de oitenta horas para todos os professores da rede oficial, de fato, contribui sobremaneira para um programa de resgate do ensino público. No entanto, com base em nosso trabalho em inúmeros cursos dessa natureza, abrangendo diversos núcleos regionais de educação do Paraná, permitimo-nos algumas sugestões:

a - maior atenção deve ser dedicada aos docentes que atuam no plano de capacitação. Os auxílios para deslocamento e diárias são irrisórios e o pró-labore não é condizente com a qualificação desses profissionais, que geralmente possuem cursos a nível de mestrado e doutorado;

b - as equipes de ensino dos Núcleos Regionais de Educação devem receber por parte dos executores do Plano de capacitação, recursos materiais para o bom andamento das atividades de treinamento: **recursos para a reprodução de textos, aparelhos didático-pedagógicos em estado normal de funcionamento;**

c - a real continuidade do programa, dotando as escolas de bibliografia atualizada para que o professor possa verticalizar e aprofundar seu instrumental de análise da linguagem;

d - formação de grupos de estudo em escolas, cidades e/ou Núcleos Regionais de Educação, com reuniões periódicas, com objetivos traçados e metas a serem cumpridas;

e - destinação de horas de estudo, dentro da carga-horária do professor, para o trabalho permanente e efetiva de educação continuada;

f - finalmente, uma valorização do professor, não no discurso, mas na prática, para que esse profissional readquira sua dignidade e passe a ser visto pela sociedade sem a marca estigmatizada de "**professor**".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ESTADO DO PARANÁ - Secretaria do Estado da Educação. Centro de Treinamento do Magistério do Paraná. Política de Capacitação do Pessoal Docente e Técnico da Secretaria de Estado da Educação. Mimeo. Curitiba, out./91.
2. FREGONEZI, D.E. GIMENEZ, T.M. Integração Universidade/Ensino de 1º e 2º graus - o caso do NAP. Anais do V Seminário do CELLIP, UEM 1992.